

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO

METODOLOGIA E FASEAMENTO DO PROCESSO DE REVISÃO

11.2009

INDICE

PARTE 1 FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO

01.	INTRODUÇÃO	5
02.	ENQUADRAMENTO REGIONAL	6
03.	EVOLUÇÃO DO CONCELHO	8
03.01.	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	8
03.02.	EVOLUÇÃO URBANÍSTICA	10
	03.02.01 OCUPAÇÃO URBANA	10
	03.02.02 DINÂMICA CONSTRUTIVA	12
	03.02.03 INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	14
03.03.	EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL	17
03.04.	EVOLUÇÃO AMBIENTAL	21
04.	ENQUADRAMENTO	24
04.01.	DO PROCESSO DE REVISÃO	26
04.02.	DA TRAMITAÇÃO DO PLANO	29
04.03.	DOS OBJECTIVOS DO PLANO	30
04.04.	DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	31
04.05.	DA ASSISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAIS	33

PARTE 2 METODOLOGIA E FASEAMENTO DOS TRABALHOS

05.	METODOLOGIA E FASEAMENTO DOS TRABALHOS	36
05.01.	ESTUDOS SECTORIAIS	36
05.02.	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	47
05.03.	PROPOSTA DO PLANO	50
05.04.	APRESENTAÇÃO GERAL DOS TRABALHOS	54
06.	SÍNTESE	
06.01	CALENDARIZAÇÃO ESTIMADA PARA OS TRABALHOS	55

É esta paróquia, sem possível contestação, uma das mais belas da Madeira e a mais pit oresca e encantadora de todo o norte da ilha. (...)

(...) os caminhos mais centrais da freguesia de Santana transformam-se nas quadras primaveril e estival nos passeios duma vasta e encantadora quinta. Ladeiam-nos sebes de buxos, hortensias, fetos e mimos (fúcsias) que, á mistura com uma grande exuberância de flores, dão a essas estradas um encanto e um atractivo que em nenhuma outra parte se podem encontrar.

in Elucidário Madeirense – Silva, P. F. Augusto et Menezes, C. Alberto

PARTE 1 FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta sintetiza os fundamentos subjacentes ao início do processo de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Santana, incluindo os seus objectivos programáticos, uma análise resumida da evolução dos principais indicadores sociais, económicos e ambientais, o actual enquadramento jurídico, bem como o respectivo conteúdo documental e material, bem como a tramitação a prosseguir.

O Plano Director Municipal de Santana, entrou em vigor em 2004, com a publicação da Resolução do Governo Regional da Madeira n.º 1/2004/M, de 25 de Março, (Resolução n.º 307/2004, de 11 de Março do Conselho do Governo Regional).

O projecto obteve parecer favorável da comissão de acompanhamento, subscrito pelos representantes dos serviços da administração pública regional que a compõem e foi alvo de discussão pública, cujos resultados foram devidamente ponderados, verificando-se ainda sua conformidade com o POTRAM (Plano Regional de Ordenamento de Território da Região Autónoma da Madeira).

De acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 43/2008/M de 23 de Dezembro, a revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) decorre:

- a) Da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos;
- b) De situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram.

A revisão prevista na alínea a) anterior só pode ocorrer decorridos três anos sobre a entrada em vigor do plano. Os planos directores municipais devem ser revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão.

Estão, deste modo, reunidas as condições a montante, para que se possa proceder ao início do processo de revisão deste Plano Director Municipal.

Para tal, urge elaborar uma análise crítica sobre o PDM em vigor, aferindo da sua adequação às dinâmicas de evolução do território nas suas diversas vertentes.

Essa avaliação, fundamentará uma nova estratégia de desenvolvimento, com renovada leitura, análise e diagnóstico concelhio, alargada ao seu contexto regional.

2. ENQUADRAMENTO REGIONAL

Se, segundo Raimundo Quintal, *“Subir e descer encostas, galgar lombos, atravessar fajãs e achadas, tudo isto era obrigatório para quem de Santana pretendia deslocar-se à cidade antes da chegada do automóvel àquela localidade do norte da ilha”*, hoje em dia, sobretudo com a abertura de novas infraestruturas viárias, nomeadamente a via expresso e os túneis do Cortado, de Cales e do Pinheiro (faltando agora, apenas a conclusão do circuito, com a ligação S. Jorge - Boaventura - S. Vicente, de capital importância para esta região) esbateu-se gradualmente a ideia de inacessibilidade que, se por um lado conservou aspectos seminais, identitários e genuínos da cultura e vivências das suas gentes, por outro poderia ser obstáculo ao desenvolvimento da qualidade de vida das populações, em sintonia com a generalidade da Região.

O concelho de Santana, criado em 1832, ocupa uma área total de perto de 95,6 km², na vertente Norte, da ilha da Madeira, e é composto por seis freguesias - Arco de S. Jorge, Faial, Ilha, Santana, S. Jorge e S. Roque do faial; faz fronteira com os concelhos de Machico a Nascente, por Funchal e Câmara de Lobos a Sul, S. Vicente a Poente e com o Oceano Atlântico a Norte.

O território geográfico do Município, define-se em termos gerais, por uma longa e diversificada encosta orientada a N-NW, sulcada por numerosos vales, que conduzem as águas (principalmente as Ribeiras de S. Jorge, desde os pontos mais altos da linha fundamental do relevo da ilha, a cordilheira central, até á faixa de contacto com o Oceano Atlântico. Fortemente marcada pela presença da Floresta Laurissilva, a Paisagem estratifica-se de acordo com a distribuição desta associação florestal, obrigando também à variação do seu gradiente de humanização.

Assim , assistimos a uma concentração da ocupação humana na faixa litoral do concelho, num continuo urbano e peri-urbano, mais ou menos concentrado, que vem praticamente desde o Arco de S. Jorge até ao Faial, mais ao longo da Estrada Regional 101, que junto à costa, dada a natureza geológica desta, de majestosas arribas.

Esta ocupação, penetra em determinadas circunstâncias, subindo pela floresta dentro, nos casos da freguesia da Ilha e ao longo da concorrida Estrada Regional 103, que liga o Sul ao Norte da Madeira, desde o Monte (Funchal) até à Foz da Ribeira do Faial, passando pelo Poiso (ponto de distribuição de linhas de festo fundamentais) e pelo parque Florestal do Ribeiro Frio.

Acima da Laurissilva, está a alta montanha, culminar vertical da cordilheira central madeirense, promotora de experiências intensas nos seus recorrentes visitantes.

Santana permite, dadas as suas características, que se distribuam os que a procuram, de acordo com as variadas tipologias, abordagens e expectativas turísticas na generalidade do seu território.

Desde a rede de veredas e levadas, aos parques florestais (Queimadas, Ribeiro Frio, Pico das Pedras), dos caldeirões (Verde e do Inferno) aos altos picos (Ruivo de Santana, Areeiro, Poço da Neve, Pedras,), aos acontecimentos geológicos (Homem-em-pé, a “Cara”, Sítio do Calhau, Foz da Ribeira do Faial), das fajãs (Nogueira, Pequena, Rocha do Navio) às achadas (do Teixeira, do Marques, de s. António ou do Gramacho), da Reserva Marítima ao contacto balnear (Complexo da Ribeira S.Jorge, Complexo da Ribeira Faial), às referências socio-culturais (Parque Temático da Madeira, Festival de Folclore de Santana, Exposição Regional da Anona, Festival do Limão, Festival da canção do Faial), desportivas (Kartódromo no Faial) e patrimoniais (casas de Santana, património religioso, as pontes, a Central Hidroeléctrica, a Quinta de S. Jorge, o Fortim do Faial e tantos outros).

3. EVOLUÇÃO DO CONCELHO

1. 03.01 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Segundo os dados dos Censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Santana possuía uma população residente cifrada em 8.804 habitantes distribuídas pelo total das seis freguesias. Sendo assim, a distribuição repartia-se da seguinte forma: a cidade de Santana ostentava um total de 3.349 habitantes; Arco de São Jorge um total de 509 habitantes; a freguesia do Faial um total de 1.961 habitantes; a freguesia da Ilha uma população residente cifrada nos 385 habitantes; São Jorge um total de 1.610 habitantes e, por último, a freguesia de São Roque do Faial ostentava uma população residente cifrada nos 927 habitantes. Em termos brutos significativos aquilo que estes dados do INE nos demonstram é que existe um gradual decréscimo da população residente em Santana, decréscimo que foi uma tendência constante na década anterior aos últimos censos do INE.

Baseando-se numa estimativa aferida face aos resultados dos Censos de 2001, a Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM) também aponta para os mesmos resultados. No entanto revela um dado a ter em conta. O decréscimo populacional no concelho de Santana não aconteceu apenas na década que medeia o intervalo de 1991 a 2001 - nos anos subsequentes aos que esta estimativa engloba (2002, 2003, 2004 e 2005) esse mesmo decréscimo populacional tem continuado a acentuar-se. Desta forma, tendo em conta uma projecção face à análise dessa tendência, a população residente em Santana ostentará um valor inferior a 8.400 habitantes. Este valor é aferido face aos últimos dados da DREM (2005). Em termos de género estes valores de 2005 apontam para a seguinte distribuição: 3.898 homens e 4.534 mulheres. Carecendo, evidentemente, de um próximo estudo demográfico que possa vir a confirmar esta projecção, podemos afirmar que além de constante, este decréscimo populacional também se torna transversal a todas as seis freguesias do concelho de Santana.

Em termos de género esta perda de população parece ser mais incidente no campo dos homens, cujo número populacional tem vindo a sofrer uma redução lenta mas gradual em termos do total da população, estimando-se que o seu número de habitantes de situe na ordem dos 46%. Embora a

população feminina também tenha vindo a perder habitantes, parece existir, no entanto, uma maior estabilização demográfica que permite que o seu peso no total populacional seja maioritário e que a sua presença aumente no sentido inverso ao decréscimo gradual da população masculina. Apesar de serem bastante equivalentes em termos de Taxa de Natalidade, a Taxa de Mortalidade da população masculina é bastante superior à feminina, algo que não deixa de ser comum à generalidade dos concelhos da Região Autónoma da Madeira e do resto do país. No entanto, não deixa de ser um dado assinalável o facto de que o Saldo Natural (diferença entre nascimentos e óbitos), em Santana, além de ser negativo também é inferior ao de qualquer outro concelho da RAM. Em termos gerais a Taxa Bruta de Natalidade no concelho de Santana é de 6.6, um número que contrasta com a elevada Taxa Bruta de Mortalidade - 16.1. É a diferença entre estes dois indicadores que resulta num saldo negativo - -9,5 em termos de Taxa de Crescimento Natural. Embora ostente um valor razoável, quando comparado com outros concelhos da RAM, a Taxa de Crescimento Migratório (2.5) não é suficiente para colmatar o decréscimo populacional do concelho o que redundava com que a Taxa de Crescimento Efectivo também ostente um valor negativo - -7. Santana é o concelho que possui o maior Índice de Envelhecimento da RAM e é também aquele onde nascem menos pessoas.

A soma de todos estes factores condiciona que Santana seja um concelho envelhecido em termos demográficos e que essa seja uma tendência algo constante. Encontramos entre as principais causas deste “fenómeno” o decréscimo gradual do sector agrícola que se torna pouco atractivo para a população jovem. É essa mesma população jovem que acaba por migrar para fora do concelho em busca de oportunidades de trabalho noutras áreas ou para prosseguir os seus estudos. Embora o valor do desemprego no concelho seja relativamente baixo, a escassez de oferta impossibilita que muitos casais jovens fixem residência no concelho, algo que se reflecte no número diminuto de nascimentos. Da mesma forma, a precariedade do trabalho no sector agrícola (principalmente) também cobra os seus dividendos - o número de filhos por casal tem a tendência a diminuir.

Convém ainda referir que a área do concelho é de 95.56Km², sendo o município do Faial aquele que ocupa uma área maior - 24.03Km². No entanto, embora ocupe uma área menor - 19.02Km² - é na cidade de Santana que se concentra o maior aglomerado populacional. A densidade populacional do concelho é de 77 habitantes por km².

03.02 EVOLUÇÃO URBANÍSTICA

03.02.01 OCUPAÇÃO URBANA

O concelho de Santana é marcado e caracterizado pela sua natureza e vocação rural.

A morfologia acidentada do terreno, determina a ocupação do solo por parte do Homem. Identificar uma estrutura urbana linear, repetida de expansão, implicaria falarmos de uma zona urbana consolidada.

Santana é um concelho rural, muito embora apresente fortes potenciais de evolução, que se vão reflectir no desenho urbano. Deste modo, a interpretação e percepção do território é dada pela própria morfologia, pelas montanhas e pelos vales. No concelho de Santana, os aglomerados desenvolvem-se, assim, ao longo das estradas e em núcleos junto às Igrejas Matriz. Não existe uma unidade de desenho, pois a implantação das habitações unifamiliares, e mesmo das construções industriais, são feitas com base na própria morfologia territorial, sem obedecerem a uma regra urbana.

A cidade de **Santana**, sede do concelho, caracteriza-se pela soma de pequenos núcleos urbanos (Sitio da Igreja, Sitio do Serrado, Pico e outros), e pelo crescimento linear ao longo das vias públicas, onde a habitação unifamiliar não é lida como conjunto, mas sim como soma de unidades.

As habitações unifamiliares apresentam-se com um ou dois pisos de altura, sem elementos que componham uma caracterização predominante da região, com um afastamento em relação à via pública utilizado como jardim, e aproveitando a parte tardo e lateral do terreno envolvente, com dimensões consideráveis, para cultivo.

A casa de colmo, que caracteriza Santana, aparece nas zonas mais rurais, estando algumas, ainda a ser usadas para habitação ou arrumos/anexos. No entanto, é de notar a má conservação desta tipologia habitacional, mesmo com os apoios dados pela DRAC, através da Portaria 171/2004 de Apoio à Conservação e Recuperação à Arquitectura Tradicional.

A indústria integra-se na paisagem de Santana, através de algumas estufas e explorações horto-frutícolas, que na sua maioria, se anexam a habitações, inserindo-se nas zonas marcadamente habitacionais.

Recentemente a Câmara Municipal procedeu à reabilitação urbana num troço da rua dr. João Abel de Freitas, que tem como objectivo principal ser uma primeira de várias intervenções de valorização e reabilitação do espaço público do centro da cidade. a intervenção alargou-se a outros espaços, nomeadamente na melhoria dos acesso envolventes, tendo-se, inclusive, repavimentado o restante troço da Rua Dr João Abel de Freitas e a concordância desta com o Caminho de Simão Alves, a Rua Cónego Fernando Vaz, o caminho adjacente ao antigo Quartel dos Bombeiros e dois troços de caminhos no sítio do Barreiro, um com ligação à rotunda da Via- Expresso e outro com ligação à estrada Dr. Agostinho Cardoso.

Está prevista a construção, por parte do Governo Regional de uma nova praça em Santana, junto à Câmara Municipal. A infra-estrutura, que será construída pela Secretaria Regional do Equipamento Social, engloba um auto-silo subterrâneo com capacidade para 140 viaturas, uma nova estrada variante, uma rotunda e a requalificação do troço actual. A nova praça e jardins públicos, incluirão espaços adequados à realização de eventos e espectáculos, nomeadamente o conhecido certame “48 Horas a Bailar”.

No **Faial**, maior freguesia do concelho de Santana, a sede é caracterizada por um núcleo urbano que se desenvolve junto à Igreja Matriz, no Sítio da Igreja e o Guindaste.

As habitações unifamiliares, no Faial, têm um menor afastamento à via pública, assim como o terreno que as envolve reduz de dimensão. Estas características resultam da morfologia do terreno, que apresenta declives acentuados e um relevo acidentado.

Numa cota inferior, a Praia do Faial onde desagua a Ribeira do Faial, é um dos pontos de atracção desta freguesia, sendo que a sua projecção será maior aquando da concretização da proposta para um parque lúdico/urbano que dinamizará o leito da Ribeira do Faial.

São Jorge caracteriza-se por ser uma freguesia rural, em que o maior núcleo urbano se desenvolve em torno da Igreja Matriz. Predominam as habitações unifamiliares em que os terrenos que as circundam são para cultivo. Mesmo não tendo o protagonismo de outros tempo, que as embarcações vindas do Funchal davam a S. Jorge, podemos dizer que ainda existe alguma dinâmica, mais ao nível da construção de habitações unifamiliares.

De referir também, algumas propriedades particulares, que poderão tirar partido do turismo de habitação e rural, de modo a dinamizar a freguesia de S. Jorge, que apresenta características propícias a este tipo de turismo.

Foi recentemente construído o Jardim Público e Parque Infantil dos Bambus, Ribeira Funda.

A freguesia de **São Roque do Faial**, desenvolve-se ao longo da via pública, com habitações unifamiliares, numa linha de cumeada que percorre o Lombo dos Palheiros até à Achada do Pau Bastião. As habitações unifamiliares, têm um afastamento inferior em relação à via, assim como os terrenos ganham um declive acentuado, tendo que se recorrer a socalcos.

A igreja Matriz, serve de núcleo central da povoação e os serviços, como o Centro de Saúde, estão localizados de forma central.

A freguesia de **Arco de São Jorge** caracteriza-se pelas planuras, fazendo com que as construções ali existentes tenham uma implantação diferente, conseguindo ter aproveitamento dos terrenos que as envolvem. A característica desta freguesia opõe-se, fortemente à de São Roque do Faial.

Está prevista a construção da obra da futura zona balnear do Arco de S. Jorge, previsivelmente em 2011, estando já em fase de projecto.

A freguesia de **Ilha**, é pontuada por alguma habitação unifamiliar, desagregada e com pouco interesse a nível arquitectónico. A sua imagem global formada pelo casario e pelos terrenos de cultivo, define uma freguesia com carências em termos de desenvolvimento, quando comparada com as suas pares concelhias.

03.02.02 DINÂMICA CONSTRUTIVA

Os números disponíveis, referentes ao sector da construção e da iniciativa em termos de edificabilidade, na Região Autónoma da Madeira em geral e especificamente concelho de Santana, permitem definir o desenvolvimento sectorial na contexto regional e aferir se o padrão de desenvolvimento no município de Santana, segue a dinâmica e tendência regional ou assume rumo diverso.

No que diz respeito ao número de edifícios licenciados, o total da Região Autónoma da Madeira (RAM), tem grosso-modo, sofrido de alguma oscilação, assistindo-se a uma quebra entre os anos 1994 e 1996, sentindo-se aqui um ponto de inflexão, com uma forte subida nos anos 1996/97, seguindo essa tendência até 2001. Nesta altura, sente-se uma quebra acentuada, que se prolonga até 2005. Santana, após uma subida considerável entre 1994 e 95 (112%), acompanha entre 1995 e 1997 a tendência de quebra, tendo 1997/98 pontualmente funcionado como momento de recuperação (+70 % , entre 1997 e 98). Desde aí, 1998, até 2005 o número de edifícios licenciados, andou sempre á volta de 40, apenas sendo de assinalar o ano de 2002, com 60 edifícios licenciados.

Quanto ao número de fogos licenciados, este acompanha, em termos gerais, não a tendência geral da RAM, (com diferentes tipologias sub-regionais que tendem a ter maior peso na definição dos valores médios), mas o número de edifícios licenciados, o que indica a forte ocorrência tipológica das habitações unifamiliares. Apenas, no já referido ano de 2002, se assiste a um aumento exponencial do número de fogos licenciados (+ 263%, entre 2001 e 2002), que indicia a ocorrência de alguma diversidade tipológica. estes valores só voltam a ser repetidos e até ultrapassados em 2004 (178 fogos licenciados), sendo estes anos intercalados com valores mais perto dos registados ao longos da década anterior, tanto em 2003 (45) e 2005 (67).

Em termos de edifícios construídos ou concluídos, o concelho de Santana, acompanha em termos gerais, a dinâmica regional do sector. Assim, após

uma subida acentuada entre 1994 e 1995 (+ 140%), assiste-se a uma gradual quebra nos números de edifícios concluídos, tanto em termos regionais como concelhios, sendo a maior variação negativa, precisamente em 1995/96, de 60 edifícios para 26 (-143 %), após esta quebra, o sector reage e consegue inflectir os valores, assistindo-se a um aumento considerável dos valores ao nível regional (sobretudo em 1997/98) até atingir o ponto mais alto em 1999, tal como no âmbito do concelho de Santana. Apartir deste momento, os valores começam numa gradual descida sensivelmente até 2002 em Santana e 2004 na RAM, sendo que a tendência actual é de ligeira subida desde aí.

Neste campo e em articulação com o debelar de situações sociais deficitárias, importa referir que a autarquia dispõe de um programa para a conservação reparação ou beneficiação de habitações degradadas de munícipes carenciados, através do qual foram concedidos 13 apoios, no presente mandato.

Com a presente revisão, pretende-se clarificar regras de edificabilidade, eliminar ambiguidades e reorientar a estratégia de ocupação de zonas de transição entre o solo rural e o solo urbano, eliminando alguns dos constrangimentos que agora bloqueiam ou possam vir a bloquear a ocupação urbana, na generalidade do município de Santana.

03.02.03 INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

O concelho de Santana tem beneficiado de vários equipamentos de serviços à comunidade. Estes equipamentos são fruto de uma equilibrada distribuição pelas diversas freguesias, baseada em políticas regionais bem fundamentadas, concentrando em Santana, apenas os equipamentos relacionados com a segurança e protecção civil.

Deste modo, é possível enumerar os equipamentos públicos que satisfazem a sociedade em áreas como a segurança e protecção civil e acção social, bem como saúde, educação, desporto, lazer e cultura.

Os equipamentos de segurança e protecção civil, são representados pela Policia de Segurança Pública, na Achada do Pampilhar, Santana, e pelos Bombeiros Voluntários, recentemente transferidos para a sua nova sede no Sitio do Pico.

Os equipamentos de cariz social disponíveis para o apoio à população e para o desenvolvimento das políticas regionais, repartem-se entre as Casas do Povo (Santana, Faial, S. Roque do Faial, Arco de São Jorge e S. Jorge), pelos Centros de Dia das freguesias de Faial e S. Jorge (o futuro Centro de Dia e Lar de Santana em fase de concurso-obra), pelo Serviço de Segurança Social (Faial e S. Jorge), pelo Centro Psicopedagógico, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e finalmente pela Associação “Santana, Cidade Solidária”.

Ao nível da Saúde, refira-se o Centro de Saúde de Santana, com urgências e consultas e as extensões às restantes freguesias. Existem ainda no concelho, um posto médico (particular) que funciona ao fim de semana, na freguesia do Faial, e duas farmácias.

Os estabelecimentos de ensino encontram-se distribuídos pelas freguesias do Concelho de Santana. Na freguesia de Santana existem, a Pré-Escolar de Silveira, as Escolas Básicas e Pré-Escolar de Santana e Caminho, e a Escola da Sagrada Família. No Faial, existem várias escolas ao serviço da comunidade, são elas a Escola Básica e 1º Ciclo de Corujeira de Baixo, a Escola Básica e Pré-Escolar de Covas e a Pré-Escolar do Lombo de Cima. Registe-se a nova Escola Básica do segundo e terceiro ciclos de São Jorge, dimensionada para uma população escolar de 250 alunos.

Na freguesia de São Jorge, existem dois equipamentos, a Pré-Escolar da Ribeira Funda e a Escola Básica do 1º Ciclo e Pré-Escolar de São Jorge - recentemente ampliada e requalificada. Finalmente, nas freguesias de Arco de São Jorge e Ilha existem apenas uma Escola Básica e Pré-Escolar.

Relativamente aos equipamentos desportivos, o concelho encontra-se equipado com um Pavilhão Gimno-Desportivo em Santana, assim como um Campo de Futebol com relvado sintético e Piscina Municipal. Registe-se o novo Polidesportivo exterior de Santana. Das restantes freguesias, o Faial possui um Polidesportivo e S. Roque, dispõe de um recente e coberto.

As actividades relacionadas com o bem estar e lazer são servidas por um leque de espaços e equipamentos que fazem de Santana um local de interesse, tanto para os habitantes, como para os turistas que visitam o concelho.

O Parque Temático da Madeira, é um exemplo de investimento nesta área, mobilizando a população e visitantes, com iniciativas permanentes. O Teleférico da Rocha do Navio, para além de servir a população, também tem um potencial turístico. Os Complexos Balneares da Ribeira da Faial (com especial relevância o projecto de Parque Radical e Ciclovía, no âmbito da 2ª fase da zona de lazer da Ribeira do Faial) e de São Roque, são outros dos equipamentos que estão disponíveis neste concelho. De referir é também o Kartódromo da Madeira, situado no Faial, como sendo uma referencia na Região.

Registe-se a intenção expressa pela Autarquia da construção do futuro Parque Radical das Zonas Altas (circuitos de “paint ball”, de “rappel”, de slide e de escalada e ainda em pistas de “kartcross” e “motocross”).

Está prevista a beneficiação do campo de futebol na Felpa.

Em cada freguesia, existem também uma Associação Desportiva e Cultural/Recreativa, à qual, em geral, estão associadas iniciativas locais tanto ao nível do desporto como da cultura.

Relativamente às artes e cultura, podemos mencionar alguns equipamentos culturais que enriquecem o concelho, são eles: as Casas do Povo (de Santana, Faial, São Jorge, Arco de São Jorge, São Roque do Faial e Ilha), a Biblioteca Municipal de Santana, Parque Público de Exposições; a nova Casa da Cultura e Pousada da Juventude de Santana e os futuros auditórios para espectáculos e exposições de São Roque do Faial e São Jorge.

Uma chamada de atenção para o futuro Edifício Público de Santana, a construir pela Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, entidade tutelada pela Vice Presidência do Governo Regional, que irá congrega os serviços da Junta de Freguesia de Santana, da Conservatória do Registo Civil, dos serviços da Segurança Social, a delegação escolar e do serviço de Finanças. Além dos serviços públicos, prevê-se que a infraestrutura disporá de espaços para pequeno comércio, criando uma nova centralidade e referência urbana.

Para além da obra de construção do troço da Via Expresso entre a Ribeira de S. Jorge e o Arco de S. Jorge com posterior ligação ao Município vizinho de S. Vicente (de relevância regional, fundamental para o desenvolvimento da costa norte, a todos os níveis), interessa perceber um conjunto de intervenções ao nível da rede viária concelhia, concretizados ou previstos de que se registam, entre outras:

- os melhoramentos nos caminhos das Freguesias de S. Jorge, do Arco de S. Jorge e Faial,
- a pavimentação do caminho municipal entre a Feiteira do Nuno (de baixo) e Santana;
- o caminho da Silveira
- a ligação entre a via expresso e o sítio de Santo António, em Santana,
- o caminho do Açogue e Covas, na freguesia de São Jorge.
- a pavimentação do caminho agrícola do Lombo de Antão Alves,
- a pavimentação do caminho agrícola da Achada / Feiteira de Cima“
- a requalificação futura do caminho da Cova dos Moleiros até ao Lombo da Ilha, na freguesia da Ilha.

03.03. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

Em termos de ocupação profissional existe um inequívoco peso do sector primário na economia do concelho de Santana. A agricultura continua a ser a base económica principal de Santana, embora a sua proporção no total da riqueza produtiva do concelho manifeste uma tendência constante em diminuir face ao total. No entanto, continua a ser o sector primário aquele que emprega um maior número de pessoas, estimando-se que seja a ocupação de 60% da população activa do concelho. Encontramos, principalmente, produção de trigo, milho, cana-de-açúcar, batata, limão, feijão verde e plantações vinícolas. A par da agricultura ainda podemos encontrar algum pastoreio e produção animal. Assistimos, no sentido inverso ao decréscimo do sector primário, a um aumento gradual dos sectores secundário e terciário. Podemos observar uma gradual industrialização do concelho e um incremento do comércio e dos serviços, algo que é mais visível na cidade de Santana. Na generalidade das outras freguesias o peso do sector agrícola é ainda muito incidente. No campo da indústria é de realçar a área da construção civil, serralharias de alumínio, carpintarias e a uma certo incremento das actividades de hotelaria. De todas as formas, embora o decréscimo gradual do sector primário se tenha vindo a acentuar - algo que não é só exclusivo do concelho de Santana, mas da generalidade dos concelhos nacionais - é preciso realçar que tem existido um esforço gradual de dinamização de forma a capitalizar um maior índice de investimento. Apontamos neste sentido alguns esforços de inovação tecnológica, principalmente na área das culturas hortícola e frutícola.

No entanto, todos estes sectores de actividade carecem de uma abordagem mais específica.

No campo da agricultura, embora seja de realçar esse esforço de inovação que tem sido feito não deixa de ser um sector que ainda carece de uma abordagem de base mais incidente.

O sector primário acaba por ser pouco atractivo para a população jovem que, desta forma, acaba por abandonar o concelho “condenando-o” a um gradual envelhecimento. Podemos apontar os aspectos positivos: expansão da área irrigada, associativismo, algum esforço de inovação agrícola, formação profissional (geralmente nas Casas do Povo, colectividades que se pautam por um esforço dinamizador que convém ser assinalado), e esforços no campo do ordenamento do uso do solo. Todos estes são aspectos positivos que devem ser assinalados. No entanto, a grande dificuldade acaba por se dever sempre à excessiva parcelarização dos terrenos de cultivo que impossibilita que em alguns dos casos esta forma de agricultura possa ser mais do que de subsistência. Sendo assim, existe um inequívoco abandono da população jovem que além de não se rever neste tipo de exploração de tipo familiar também acaba por não encontrar nela uma actividade lucrativa de futuro. Desta forma é necessário criar condições que possam atrair e fixar os jovens que entendam o sector primário como o azo para as suas aspirações. E isso é algo que só será possível se a par do esforço para o desenvolvimento tecnológico do sector também se criarem as condições para que a agricultura passe a ser mais atractiva para a população jovem.

No campo do comércio assistimos a um gradual crescimento e dinamismo, algo que é mais visível na cidade de Santana. De todas as formas parece ser ponto assente que é necessário criar políticas que possam fundamentar um urbanismo comercial mais equilibrado no sentido de combater uma certa periferização que as restantes cinco freguesias ostentam face à cidade de Santana. É também necessário continuar a promover políticas que possam servir de incentivo para a fixação de empresas comerciais no concelho, quer se trate de novas formas de comércio, quer se trate de comércio tradicional - tendo sempre em consideração que Santana se caracteriza por uma identidade própria que deve ser preservada. É também com base neste aspecto que se deve continuar a dinamizar o sector do turismo.

O que se aplica ao comércio é o mesmo que se deve aplicar à indústria. É necessário continuar a inovar e a promover o desenvolvimento tecnológico de forma a uma maior modernização do tecido empresarial, quer através do incremento de novos produtos e novas práticas de produção, quer através da valorização dos recursos energéticos existentes.

É também neste sentido que se devem fomentar políticas para um mais eficiente ordenamento do território do concelho.

No campo do apoio à população e da assistência social é de realçar que a cobertura efectuada parece ser eficiente. Todas as freguesias do concelho possuem uma assistência social e de saúde que vai no sentido de combater a exclusão e as dificuldades socio-económicas. No entanto devemos ter sempre em consideração alguns aspectos: - esta é uma população que caminha para um envelhecimento gradual e, logo, as dificuldades no campo de saúde terão a tendência em agravar-se; - as

dificuldades económicas no sector primário condicionam algumas franjas populacionais que acabam por viver em situações precárias. O facto de ser uma população já idosa agrava ainda mais esta situação. É preciso ter sempre em consideração estas especificidades, apesar de a rede de assistência social e de saúde estar bem organizada.

No campo da educação e da cultura o concelho também parece estar bem servido em termos de ensino pré-primário, ensino básico e ensino secundário. No entanto convém realçar que, embora tenha vindo a diminuir, a Taxa de Analfabetismo do concelho de Santana é a mais elevada da Região Autónoma da Madeira - 23.8. O número de residentes no concelho que possui uma formação superior é também muito baixo. A par destes números subsiste a dificuldade da população jovem em continuar os seus estudos, nomeadamente os de nível superior. Sendo assim, esta população jovem acaba por abandonar o concelho com vista à prossecução da sua formação. Grande parte destes jovens acaba por não regressar a Santana, o que redundará num não retorno de conhecimento adquirido. É necessário que possam ser promovidas políticas no sentido de rentabilizar o conhecimento adquirido pelos jovens de Santana de forma a conseguir integrá-los na dinâmica económica do concelho.

Na cultura, são muitas as colectividades e associações que fazem um bom trabalho no sentido de dinamização do folclore e da identidade. No entanto, é necessário promover essas dinâmicas no sentido de as integrar numa política de promoção turística que possa capitalizar mais-valias para o concelho. É preciso não só preservar o património cultural já existente como também criar condições para que as novas gerações encontrem nele um sentido de futuro. Falamos de políticas de promoção do ressurgimento da identidade santanense, quer em termos de artesanato, quer em termos da construção tradicional. No campo da cultura ainda temos de salientar a existência da biblioteca fixa, a biblioteca itinerante, os centros lúdicos de actividade com ligação à Internet e uma extensão do Conservatório de Música da Madeira. Todas estas colectividades se pautam por uma postura que tenta conciliar a identidade tradicional com a inovação e as novas tecnologias.

O mesmo se pode aplicar ao campo do desporto. Embora o concelho esteja relativamente bem organizado em termos de infra-estruturas desportivas é necessário que a população se sinta motivada para a prática do desporto e que sinta esses espaços como de utilidade pública.

No campo do saneamento ainda encontramos algumas dificuldades, em muitos casos são as fossas sépticas que servem de escoamento das águas residuais e a percentagem de água tratada ainda não cobre a totalidade do concelho. Existe, no entanto, um esforço para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis. O mesmo se pode aplicar quanto às redes eléctricas e de comunicação. A recolha de lixo cobre toda a população do concelho e o mesmo é aplicável aos serviços de transporte.

De todas as formas, fica assente que tem existido um esforço considerável no sentido de melhorar a qualidade de vida da população.

Baseando-nos nos últimos dados disponíveis (2001) a Taxa de Actividade do concelho situa-se nos 44.8 o que representa um ligeiro aumento de 1.9 face ao indicador de 1991 (42.2). Não deixa de ser significativo o facto de que esse aumento se deveu ao maior peso do género feminino no campo da população economicamente activa que embora continuando

a ter um valor inferior, em termos de número, face aos homens, revela uma tendência em aumentar gradualmente face ao total. No entanto são as mulheres que apresentam uma maior dificuldade em encontrar emprego; isto num concelho que, não obstante algumas das suas dificuldades em termos de empregabilidade, tem vindo a sua Taxa de Desemprego a diminuir gradualmente situando-se na ordem dos 3.8. Convém realçar que em 1991 a Taxa de Desemprego era de 4.4. São também as mulheres que se encontram numa maior situação de procura, quer se trate do primeiro emprego, quer se trate de um novo emprego. Sendo assim, tal como o grupo dos idosos (muitas vezes, englobado no mesmo) o grupo das mulheres é sempre um daqueles que carece de uma particular atenção.

Santana é o concelho da Região Autónoma da Madeira que possui um menor Índice de Dependência de jovens, mas possui o terceiro maior Índice de Dependência de idosos. Possui também um Índice de Envelhecimento muito elevado e o segundo menor crescimento da RAM. Embora ostente um desemprego baixo, não deixa de ser verdade que existe escassez de emprego em certas áreas. A subsidiodependência de algumas camadas da população é também um critério a ter em consideração, assim como um poder de compra reduzido. É necessário um aproveitamento mais eficaz dos recursos humanos existentes. Só desta forma é que poderá existir um desenvolvimento mais equilibrado e um melhor aproveitamento de todas as mais-valias do concelho.

03.04 EVOLUÇÃO AMBIENTAL

O Concelho de Santana é o segundo maior da Região Autónoma da Madeira em termos geográficos e um dos mais ricos e diversificados ao nível da sua biodiversidade, fauna e flora.

A área compreende uma extensão considerável de Montanhas, Vales, Planaltos, Achadas e Fajãs. Não sendo por isso de estranhar que o ponto mais alto do Arquipélago da Madeira esteja localizado no Concelho de Santana, conhecido oficialmente por “Pico Ruivo” com 1862 metros.

A floresta Laurissilva classificada pela UNESCO como património mundial da humanidade, encontra-se bem patente neste concelho. Este tipo de floresta encontrou nas ilhas da Macaronésia uma plataforma de sobrevivência, escapando às últimas glaciações que assolaram as partes continentais do planeta, nomeadamente a Europa. Esta floresta é composta por espécies de pequeno porte, médio porte e grande porte. Um factor determinante para a distribuição das espécies é a altitude. Assim sendo, temos as espécies que proliferam junto ao litoral e até uma altitude de 200 metros, são essencialmente plantas pequenas e dotadas de características que lhes permitem sobreviver à relativa falta de água, são os casos concretos de: o Massaroco do Litoral (*Echium Nervosum*); os Ensaíões (*Aeonium Glutinsum*).

Oscilando entre os 200 e os 1600 metros existe uma grande faixa composta por um conjunto de plantas que vai desde os pequenos musgos e líquenes até às majestosas plantas de grande porte como por exemplo: O Til (*Ocotea Foetens*) e o Vinhático (*Persea Indica*).

A cima dos 1600 metros a vegetação é pouco saliente, os ventos agrestes, o frio, a altitude não permitem o pleno desenvolvimento das plantas.

A área de floresta Laurissilva que cobre o Concelho de Santana tem uma área aproximada dos 3074 km², traduzindo-se assim num valor muito representativo.

A fauna que compõem a floresta Laurissilva é igualmente interessante sobretudo em termos de aves como por exemplo o belo Pombo Trocaz (*Columba trocaz*); o Francelho (*Falco Tinnunculus Canarienses*) e a Manta (*Buteo Buteo Harterti*).

Importa registar, neste âmbito o Núcleo de Educação e Informação Ambiental do Ribeiro Frio que é espaço de aprendizagem e aplicação de conhecimentos, com recurso a material informativo/didáctico, visitas guiadas com acompanhamento técnico e realização de actividades práticas. Neste espaço encontramos duas secções distintas: a Loja do Ambiente e o Percurso Ambiental “Conheça a Laurissilva do Til”.

O concelho de Santana, é contemplado por uma longa costa de mar, que abarca uma significativa biodiversidade de seres, que se encontram protegidos essencialmente na Reserva Marítima da “Rocha do Navio”. Esta foi criada através da manifesta vontade dos Municípios de Santana, que perante a Autarquia, pediram para esta mesma instituição solicitar aos Órgãos Regionais com competência na matéria, a consagração de uma protecção legal às espécies marinhas que proliferam um pouco por toda a Costa Norte da Ilha.

Após uma apreciação cuidada, através do “DLR n.º 11/85 M. DR118/5 série de 1985-05-23, estabeleceu-se legalmente um regime de protecção, entre a Ponte de São Jorge e a Ponta do Clérigo, sendo igualmente definida entre a linha de máxima Preia-Mar e uma relativamente extensa porção de Litoral Marinho até à batimétrica dos 100 metros, esta área é oficialmente conhecida como “Rocha do Navio”.

Entre as espécies que são protegidas merecem especial destaque: O Mero, cuja captura através da prática de caça submarina é proibida constando em Decreto Legislativo Regional, o Badejo Amarelo, o Lobo Marinho e uma grande concentração de Zimbros no Ilhéu da Rocha do Navio, etc.

A geologia do concelho caracteriza-se por formações rochosas vulcânicas, as quais apresentam em algumas situações estruturas de grande significado e importância.

Na Freguesia de Santana, Achada do Teixeira, os imponentes blocos de Rocha Basáltica que pela sua forma invulgar, que deu origem ao nome pela qual é conhecida, ou seja o “Homem em Pé”. Estas bonitas rochas apesar de estarem expostas ao longo dos tempos a variáveis e duras condições climáticas, persistem verticalmente desde os primórdios, referência ainda para os bons exemplares de Urze que circundam as referidas rochas.

Sensivelmente a trezentos metros do local referido anteriormente, uma outra formação rochosa conhecida como a “Cara”, evidencia toda a força que a natureza exerce sobre os elementos naturais, moldando-os lentamente de uma forma muito peculiar.

Na Freguesia de São Jorge, no Sítio do Calhau da Ribeira de São Jorge, Junto à Foz é de salientar a fenomenal beleza dos Basaltos lamelares que adornam o talude da pequena vereda que dá acesso ao Antigo Caminho Municipal Foz da Ribeira - Cais da Ponta Gorda.

O Faial é outra das Freguesias de Santana com potencial geológico, nomeadamente a Foz da Ribeira. Provavelmente aqui encontra-se a estrutura rochosa mais complexa de todas as que foram referidas, caracteriza-se por ser uma compacta e elevada parede de basalto em disjunção colunar cujo o alinhamento é perfeito, levando os observadores a supor que ali houve intervenção humana tal é a finura e o detalhe apresentado nas colunas.

Por ultimo mas igualmente de grande significado para esta freguesia é a “Penha D’Águia”, um inegável símbolo paisagístico que identifica o Faial em termos Regionais e Internacionais, frequentemente referenciado nos postais e nos livros alusivos à Madeira.

A Penha D’Águia é um gigantesco maciço rochoso, que atinge uma altitude de 590 metros, e é possível atingir o seu topo através de dois acessos: um pelo Sítio da Penha D’Águia e o outro pelo Sítio da Cruz. Ao chegar ao topo, a panorâmica proporcionada é verdadeiramente deslumbrante, o topo da Penha D’Águia é coroado com uma panóplia muito interessante de plantas indígenas e exóticas.

De seguida expõem-se as questões relacionadas com os indicadores de ambiente do Concelho de Santana, tais como, abastecimento de água, tratamento de águas residuais, saneamento básico, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Assim:

O sistema de abastecimento de água abrange todas as freguesias, e pode mesmo afirmar-se que 98% da população do concelho é servida por um sistema municipal. A captação da água é efectuada na sua totalidade em profundidade, logo de origem subterrânea.

Registe-se neste aspecto para além do investimento já produzido, a empreitada de abastecimento de água potável através da ampliação da rede, desde o sítio da Ermida de Cima, na freguesia da Ilha até à Achada.

Muito recentemente foi construída uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em Santana, que serve uma população de 1900 habitantes, o que significa uma cobertura de 22,5% do total da população do concelho.

Esta ETAR, dimensionada para servir uma população de 4062 h., está ligada à rede de esgotos das zonas central e Este da freguesia de Santana e faz parte do sistema de destino final de águas residuais da cidade de Santana.

A restante população carece de um sistema eficaz de recolha e tratamento de tratamento de águas residuais e de esgotos, recorrendo às fossas sépticas.

A recolha dos resíduos sólidos urbanos é efectuada em todo o concelho, e posteriormente encaminhado para a central de tratamento da Meia-Serra.

Salienta-se ainda a excelente rede de ecopontos colocados em todo o concelho.

04. ENQUADRAMENTO

Ao longo dos próximos capítulos pretende-se estabelecer em termos gerais, as estratégias globais com vista à garantia de acertividade, participação, transparência e sustentabilidade do processo de revisão do Plano Director Municipal de Santana.

Sem prejuízo de complemento em sede da análise crítica e de avaliação de eficácia do Plano Director Municipal de Santana em vigor, tendo em conta o contexto Regional envolvente, podem ser a montante do processo elencadas uma série de circunstâncias que sustentam a sua eventual revisão, nomeadamente:

- a **desactualização** da base cartográfica;
- a **desadequação** do modelo de desenvolvimento territorial e a evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais;
- a emergência de **novos enquadramentos legislativos** e orientações estratégicas
- a sensibilização para a relevância fundamental do âmbito do Ordenamento do Território na Qualidade de Vida das Populações, de uma forma **sustentada**.
- a necessidade de análise, hierarquização e projecção acertiva e optimizada das **redes** de infraestruturas e equipamentos;
- a necessidade apontada, reavaliar os **parâmetros** normativos urbanísticos e de intervenção global que devem acompanhar a evolução da dinâmica do Território.

O novo Plano Director Municipal de Santana, deverá então constiuir o documento aglutinador das estratégias globais e programáticas, bem como das acções concretas de intervenção, no sentido de ver resolvidas as questões levantadas e outras que entretanto venham a surgir da fase de análise e diagnóstico concelhio.

Será fundamental a promoção da eficaz tradução territorial da estratégia de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, empresariais, turísticas, comerciais; bem como da hierarquização de redes de equipamentos, infraestruturas e transportes.

Mais do que mera referência regional, Santana assume um incontronável papel na construção da imagem global da Região Autónoma da Madeira, pelo seu riquíssimo património histórico-cultural, simbólico e edificado, mas também natural e humano.

Por outro lado, dada a vocação e desígnio de investimento global da região no âmbito do sector turístico, é apontado a Santana um conjunto

diversificado de factores diferenciadores, sendo que para além da vivência e tradição do contacto com o Mar, seja especialmente referenciada a riqueza do seu Património etnográfico- cultural e ligação ao Mundo Rural, até em sede do Plano de Ordenamento Turístico da Madeira, que confere a Santana o estatuto de “Centro do turismo rural”:

“Valorizar a componente etnográfica de Santana, a história do modus vivendi do madeirense, a articulação entre o turismo e o espaço rural”.

No mesmo âmbito, acresce referir a intenção de atribuir o número de 2500 camas ao conjunto dos Municípios de Santana, S. Vicente e Porto Moniz, que obviamente carecem do devido enquadramento, localização e dimensionamento, no sentido de assumir a QUALIDADE e a SUSTENTABILIDADE como factores diferenciadores na oferta turística de Santana.

Este é o momento apropriado para se realizar uma reflexão profunda sobre as estratégias a prosseguir para Santana, que deverão traduzir as principais opções de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental, favorecendo ou condicionando a utilização do território pelos diversos sectores de actividade e defendendo e valorizando os recursos existentes, no sentido de um desenvolvimento consistente e sustentável.

Tendo em conta os aspectos circunstanciais e conjunturais alargados, os PDM's de nova geração, deverão dar resposta, não só aos desafios locais directamente decorrentes das dinâmicas específicas de gestão territorial, mas também concorrer para a tradução territorial da estratégia de abordagem a novos desafios contemporâneos, como sejam:

- a **gestão dos Riscos Naturais e Tecnológicos** (desertificação, alterações climáticas, alteração de modos de vida, etc.)
- a **questão energética** (eficiência energética, fontes de energias renováveis, etc.);
- o desafio da **Globalização e da Cooperação entre Territórios** (competitividade dos territórios, parcerias regionais e trans-fronteiriças, articulação urbano-rural);
- a **Mobilidade e a Acessibilidade** (desafio demográfico-envelhecimento e migração, logística, TIC, etc.);
- a **Protecção e valorização dos recursos naturais e culturais** (sustentabilidade e qualidade de vida, multifuncionalidade da Paisagem Rural, Património cultural edificado e não-edificado);
- as novas formas de **governança** e de governança (mobilização de recursos e vontades, sensibilização dos principais actores, mobilização do potencial dos territórios concretos).

Santana, referência histórica da Madeira e sendo desta um dos seus mais paradigmáticas e característicos Territórios é um Município com as características necessárias e suficientes, para se tornar ainda mais atractivo ao investimento e fixação populacional e empresarial, se a estas intenções estratégicas se juntarem as preocupações de acompanhamento de situações de carência social e de cariz ambiental (definição da Estrutura Ecológica Municipal), num enquadramento geográfica que congrega também valências patrimoniais naturais e paisagísticas de inegável valor.

04.01. DO PROCESSO DE REVISÃO

A adaptação regional do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (**RJIGT**) - redação disposta no Dec. Lei 316/2007, de 19 de Setembro, definida pelo Decreto Legislativo Regional 43/2008/M, enquadra o processo de Revisão dos Planos Directores Municipais, definindo, no texto do artigo 63º, o seu objecto, determinando que:

1 - O plano director municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.

2 - O plano director municipal é um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de acção territorial, bem como para o desenvolvimento das intervenções sectoriais no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respectivas estratégias de ordenamento territorial.

3 - O modelo de organização espacial do território municipal tem por base a classificação e a qualificação do solo.

4 - O plano director municipal é de elaboração obrigatória.

“O plano director municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.”

Assumido o carácter **estratégico** do Plano, deve o mesmo expressar a política de desenvolvimento preconizado pelo Município e a maneira de a executar, tendo em conta a avaliação prospectiva da situação existentes e a visão estratégica dos possíveis cenários de desenvolvimento.

Para além disso, o PDM de Santana (PDMS), deverá definir a **Política Municipal de Ordenamento do Território e de Urbanismo**, nomeadamente, entre outras, ao nível da definição e articulação das políticas:

- de solos;
- de Habitação e reabilitação urbana;
- cultural;
- do Ensino e qualificação;
- do Ambiente e qualidade de vida;
- da Protecção Civil;
- da mobilidade e acessibilidade;

- de incentivo ao investimento;
- de gestão de infraestruturas e redes;
- de Turismo;
- da multifuncionalidade e dignificação da paisagem Rural.

O processo de Revisão do PDMS, terá de assegurar a necessária **articulação** com os instrumentos de desenvolvimento territorial de âmbito Nacional e Regional, traduzindo as orientações contidas nesses planos em medidas concretas de política municipal de ordenamento do território e urbanismo, bem como das demais políticas municipais.

Quanto ao **modelo de organização espacial do território municipal**, este, mais do que uma mera classificação dos usos do solo em Plantas de ordenamento e condicionantes, deverá promover a definição de regras de articulação e coordenação que relacionem as diversas visões, políticas e actuações territoriais e usos do solo, de uma forma interactiva, prospectiva e flexível, não perdendo o suporte jurídico fundamental num documento que vincula os agentes particulares.

A **flexibilidade** pretendida deverá ser orientada no sentido da definição de uma estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável, tendo a capacidade de enquadramento de oportunidades imprevistas, dentro de parâmetros definidos, garantindo a reacção sustentada a eventuais circunstâncias de desenvolvimento, garantindo a sustentabilidade do processo de planeamento.

Aspecto fundamental do processo é a necessidade de ser alargado, prospectivo, inclusivo, transparente e participado, sendo que o nível de sucesso destes atributos é directamente proporcional ao grau e qualidade da **participação pública**, aspecto a ser abordado neste documento em capítulo especificamente dedicado, pela relevância que encerra.

Quanto ao trabalho, tratando-se de um processo de revisão de um plano plenamente eficaz e em vigor (e não da elaboração de um plano de raiz) o actual plano deverá constituir a **matriz de referência** para estudos e trabalhos, tanto em termos de caracterização e diagnóstico como das propostas.

Dever-se-á, assim, ter em conta, numa primeira fase:

- A identificação/estudo/confirmação das tendências de evolução emergentes na realidade concelhia e na sua envolvente regional;
- A identificação/actualização/qualificação da matriz de oportunidades, potencialidades, ameaças e fragilidades do concelho;
- A identificação, caracterização e avaliação de impacte de iniciativas em curso, programadas ou ainda não objecto de decisão definitiva;

Prevê-se ainda a elaboração complementar da avaliação prévia aprofundada do grau de eficácia na aplicação do PDM, ao nível:

- da adequação das opções e objectivos do PDM à evolução verificada no concelho (população residente, alojamentos, famílias, edifícios, equipamentos, emprego, etc.)
- da evolução e gestão urbanística (Planos de Urbanização e Pormenor, delimitações, licenças, autorizações urbanísticas, tipologias, usos, funções)

- da Participação e envolvimento dos cidadãos.

Apresenta-se, na página seguinte o **diagrama esquemático da metodologia a adoptar ao longo do processo de Revisão do PDMS** e sua articulação com a Avaliação Ambiental Estratégica:

04.02 DA TRAMITAÇÃO DO PLANO

A elaboração dos PMOT compete à Câmara Municipal, sendo determinada por deliberação a publicar no Diário da República (2ª série) e a divulgar na respectiva página da Internet, nos boletins municipais e através da comunicação social (dois jornais diários e um semanário de expansão nacional), devendo na mesma ser estabelecidos os respectivos prazos de elaboração e **o período de participação preventiva dos interessados, que não deve ser inferior a 15 dias.**

O acompanhamento da elaboração/revisão do PDM é assegurado por uma Comissão de Acompanhamento (CA), cuja composição deve traduzir a natureza dos interesses a salvaguardar e a relevância das implicações técnicas a considerar, integrando técnicos oriundos de serviços dependentes do Governo Regional, do município envolvido e de outras entidades públicas cuja participação seja aconselhável no âmbito do plano, bem como de representantes dos interesses económicos, sociais, culturais e ambientais. Deve ainda ser garantida a integração na comissão de acompanhamento das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, as quais exercem na comissão as competências consultivas atribuídas pelos artigos 5.º e 7.º do Decreto -Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e acompanham a elaboração do relatório ambiental.

A CA fica obrigada a um acompanhamento assíduo e continuado dos trabalhos de elaboração do Plano devendo, no final, apresentar um parecer escrito, assinado por todos os seus membros, com menção expressa das orientações defendidas pelos mesmos.

Perante o desacordo formal com as soluções projectadas no Plano, por parte de alguma entidade da CA, a Câmara Municipal tem ainda 20 dias para promover reuniões de concertação.

Nos termos do artigo 55º - Participação, concluído o acompanhamento, a Câmara Municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de Aviso publicar no Jornal Oficial e a divulgar na

respectiva página da Internet, nos boletins municipais e através da comunicação social (jornal de expansão regional). Este período deve ser anunciado com a antecedência mínima de 5 dias e **ter duração não inferior a 30 dias** e os respectivos resultados devem ser divulgados pela Câmara Municipal.

Concluído o plano e decorrido o período de discussão pública, este é enviado à Secretaria Regional com tutela do Ordenamento do Território, que dispõe de um prazo de 30 dias, para emitir parecer final.

O PDM é aprovado pela Assembleia Municipal, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal e acompanhada do parecer final da CA.

04.03. DOS OBJECTIVOS DO PLANO

Tendo em conta o enquadramento dos objectivos de outros instrumentos de gestão territorial ou de desenvolvimento estratégico (a desenvolver no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica) em conjunto com os objectivos específicos de desenvolvimento estratégico concelhio, surgidos da análise e diagnóstico do Concelho, surgirão os objectivos específicos do plano, que concretizarão territorialmente o conjunto de objectivos de carácter geral que passam por:

- Promover o equilíbrio da paisagem urbano - rural característico dos concelhos da Costa Norte da Ilha da Madeira
- Desenvolver o conceito de Turismo em Espaço Rural
- Concorrer para a prossecução de uma maior coesão territorial à escala regional obrigando ao desenvolvimento de actuações públicas dirigidas à progressiva consolidação de outros sistemas urbanos, especificamente na costa norte que conduza à consolidação dos sectores mais relevantes da economia da Região e o estímulo à diversificação do tecido produtivo regional.
- Adoptar medidas que se insiram em estruturas de sistemas de informação geográfica (**SIG**) que visem uma eficaz gestão e conhecimento do território, bem como a agilização da disponibilização da informação ao Município.
- A reponderação estratégica de localização e enquadramento de **actividades empresariais**;
- A aferição de novos **parâmetros urbanísticos** e usos para a edificabilidade da paisagem rural, dos núcleos urbanos e da realidade edificatória dispersa.
- A definição de novas estratégias de **planeamento urbano sustentado** para os aglomerados urbanos, valorizando os centros cívicos das freguesias, bem como procurando enriquecer e estabilizar o tecido urbano. O PDM deverá ser concebido para sustentar desenvolvimentos em

Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, para o desenvolvimento do desenho e composição urbana.

- A articulação com os **instrumentos de referência do território** entretanto emergentes.
- O elevado grau de **investimento** concreto e previsto, no campo das infraestruturas, sobretudo rodoviárias, leva a previsíveis transformações não só no capítulo dos fluxos socio-económicos, como da definição da estrutura urbana, que urge enquadrar;
- O reforço da requalificação e valorização do **património cultural** edificado e não-edificado e ambiental;
- A definição estratégica de face a **áreas-problema**.
- A definição estratégica de **captação de investimento**, de fixação de casais jovens e de quadros.
- A avaliação da eficácia das **redes de equipamentos e infraestruturas** e definição programática para soluções de drenagem de águas residuais.
- A promoção da manutenção e o aproveitamento dos valores da **paisagem** e as ocorrências patrimoniais para o fomento das actividades turísticas ligadas ao património e cultura, como recurso identitário e de valorização do território;
- A articulação eficaz entre o programa de **execução** do plano e o plano de **actividades** da autarquia.
- A redefinição e redelimitação das **Unidades Operativas de Planeamento e Gestão** e seus objectivos

04.04 DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

No âmbito do processo de revisão do PDMS e no sentido da maior sustentabilidade e apoio à decisão estratégica, o Município deve pugnar pelo envolvimento alargado de todos os actores que intervêm no território nomeadamente:

- a nível político;
- representantes sectoriais;
- organizações da sociedade civil;
- cidadãos em geral.

Este envolvimento, que se pretende transversal a todas as fases - desde o diagnóstico, à concepção e execução - pretende por um lado a **sensibilização e mobilização** de vontades e recursos com vista à aplicação da estratégia escolhida, por outro torna todo o processo **transparente**, acessível, perceptível, equitativo e inclusivo a todos os agentes de transformação territorial.

Com isto sairá reforçado o conceito de Cidadania e Participação, bem como a estratégia que enquadra as soluções preconizadas, co-responsabilizando um universo alargado de intervenientes.

Em termos concretos, para o processo de Revisão do PDMS, em complemento dos momentos e acções previstos pelo RJIGT, pretende-se otimizar a Participação Pública, assentando a sua eficácia tanto na **clareza e acessibilidade da informação**, como na **diversidade temporal e de suportes de disponibilização** da mesma, nomeadamente com a utilização de ferramentas TIC. (sites, blogs, redes sociais, foruns, etc.)

Numa primeira fase identificados, ponderados e quantificados os principais agentes e seus interesses, deverá ser elaborado um **diagnóstico participativo**, com base na elaboração de um **inquérito às populações**, que permita aferir do nível de conhecimento e de reconhecimento do PDM actual, bem como das hierarquização das preocupações e prioridades de acção, na óptica dos Municípes.

Os resultados desse inquérito, deverão ser apresentados em fórum/sessão pública, aberta e amplamente divulgada, para que já em fase de caracterização do Território, seja consensual a identificação das potencialidades e problemas do Município e a sensibilização e consciencialização dos cidadãos para a importância do processo de revisão do PDMS.

Sensibilizada a população e o diversos agentes de transformação do Território, a boa aceitação das propostas do Plano, está dependente do envolvimento na construção do quadro prévio de ordenamento, discutindo em termos globais e sectorialmente, cada um dos possíveis cenários, não deixando de, **em qualquer fase tentar englobar os objectivos e propostas** formalizados por organizações representativas de interesses sociais, económicos, culturais e ambientais. Sempre na defesa do bem comum, acima de qualquer interesse particular.

Para a preparação dos diversos fóruns, sessões públicas ou acções de sensibilização, a equipe técnica seguirá, em colaboração com o Município, o seguinte método:

DIVULGAÇÃO - Quem e Como deve ser convocado; Informação deve chegar a Todos.

ENVOLVIMENTO - Que tipo de acção, quem deve ser envolvido na sua preparação (ex: escolas)

NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO - Que universo, que formato (mais activo ou mais passivo, presencial, virtual, etc.)

ABRANGÊNCIA - Horários e locais das acções, Minorias a abranger, garantia de participação de Todos.

RELEVÂNCIA - Ponderação dos contributos.

Estes conceitos orientadores serão fundamentais para a organização e o sucesso das acções que possam vir a ser programadas, sendo que estas **deverão ocorrer, obrigatoriamente nos momentos de pré-conclusão de cada fase do processo, afim de poderem ser enquadrados eventuais contributos que delas advenham.**

Para além das sessões públicas de apresentação dos trabalhos, **que a equipe técnica terá como incumbência a sua preparação, ao nível dos documentos e apresentações**

multimédia de suporte, deverão ser disponibilizados espaços físicos (na Autarquia) e virtuais (blog; fórum) na internet que acolham as participações espontâneas, desde que construtivas, ao longo do processo.

A montante da elaboração do inquérito, deverá ser produzido um **desdobrável**, de distribuição alargada com a informação básica do início do processo de revisão do PDMS, da sua tramitação, objectivos, forma de participação e calendarização prevista.

02.04. DA ASSISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAIS

A Revisão do PDMS, pressupõe a procura de consensos ao nível da organização e governação, tanto dentro quanto fora da Autarquia.

- No interior da Autarquia, ao nível dos diferentes serviços, no sentido de garantir que são consideradas no Plano os vários aspectos que definem as políticas sectoriais.

- Externamente, para além dos cidadãos e suas organizações, com as entidades externas que participam no processo: na articulação com a **Comissão de Acompanhamento** e sectorialmente com as diversas entidades.

Neste aspecto, e dadas as especiais características inerentes ao processo de Revisão de um Plano Director Municipal, as estratégias de colaboração biunívoca, entre a Autarquia e a equipe técnica, devem ser optimizadas, por forma a garantir a **acertividade e celeridade** de opções e processos.

Sugere-se após a eventual adjudicação, a **convocação de uma reunião**, no Município de Santana, para definição estratégica-programática e apresentação formal de todos os elementos da equipe técnica, que irão obrigatoriamente, voltar ao longo do processo, a aí deslocar-se, em varias ocasiões (apresentações, entregas, elaboração dos estudos sectoriais ou avaliação ambiental estratégica, reuniões de trabalho, etc.). Deve, nessa altura, a Autarquia informar da (s) pessoa (s) responsáveis pela articulação com a equipe técnica.

Desta forma e garantindo desde logo a total disponibilidade de **marcação de reuniões periódicas regulares**, ao longo de todo o processo, estas poderão ser intercaladas por

reuniões, de carácter extraordinário, sempre que, para tal as partes acharem interessante ou oportuno.

Serve este aspecto, para garantir que sejam abordados em tempo útil, processos, projectos ou intenções, susceptíveis de eventual enquadramento na proposta de Plano, ou potenciadoras de dinâmicas novas, capazes de produzir impactes significativos na matriz de análise.

Ao nível da Gestão Urbanística, a equipe técnica do plano, deve apoiar sempre que para tal, a Autarquia, na pessoa dos seus representantes Eleitos ou responsáveis técnicos sectoriais, solicitem tal apoio, que pode e deve ser levado em consideração sempre que a tipologia das intenções de edificação suscitem questões passíveis de análise prospectiva, no âmbito já, do período de vigência do novo Plano. Ainda na questão da gestão Urbanística, é fundamental que sejam recolhidas as mais diversas situações que no passado tenham constituído circunstâncias de incompatibilidade com o actual PDM, fruto de anacronismos territoriais, erros ou lapsos de classificação ou desadequação de parâmetros urbanísticos.

Devem ser efectuadas apresentações públicas referentes às diversas fases do plano, bem como a **explicitação técnica e estratégica** nos diversos fóruns ou órgãos de soberania local, consulatas públicas ou quando para tal for convocada, produzindo os elementos audio-visuais, multimédia e/ou em suporte de papel, para tal efeito, ao encontro do já referido no âmbito do capítulo referente à Participação pública

Da mesma forma, **são garantidas a preparação e as presenças do coordenador e dos responsáveis temáticos julgados essenciais, nas diversas reuniões com a Comissão de Acompanhamento ou com as mais diversas Entidades Sectoriais**, que sejam tidas em conta, nas diversas fases, incluindo na delimitação da REN e da RAN, ou ainda no âmbito do processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Á equipe técnica pode ainda ser disponibilizada caso exista (ou até solicitada colaboração na elaboração) da **imagem gráfica associada ao processo de Revisão do PDM de Santana**, que deverá ser incluída em todo o material de divulgação, página web do Município e em todas as peças escritas ou gráficas do Plano, bem como nos meios e suportes de divulgação do Processo.

Ao serviço das celeridade de contactos e troca de informações, estarão também as novas técnicas de comunicação, com especial referência à Internet, nomeadamente ao nível de contas de e-mail exclusivas para o Plano, bem como a criação eventual de site dedicado/blog referente ao andamento do Processo de Revisão, no sentido da promoção de novas formas de Participação Pública, de intervenção Cívica e de Envolvimento dos Cidadãos no Processo de Decisão.

PARTE 2 METODOLOGIA E FASEAMENTO DOS TRABALHOS

05. METODOLOGIA E FASEAMENTO DOS TRABALHOS

05.01. ESTUDOS SECTORIAIS

Os estudos de caracterização do Território devem ser assumidos sob duas vertentes:

- O enquadramento do território na sua realidade inter-municipal e regional, que influencia a sua dinâmica, sendo que no âmbito do Município de Santana, num contexto de baixa densidade, poderá passar pelo âmbito supra-municipal, a resposta a resolução de algumas questões.

Neste aspecto é importante avaliar:

- A Rede urbana e interdependências;
 - A Rede Viária e fluxos gerados
 - A rede de infraestruturas e equipamentos colectivos
 - A dinâmica transfronteiriça
 - As orientações (indicativas e vinculativas) de outros Instrumentos de Gestão Territorial.
- A caracterização do Sistema Territorial Local, aferindo as questões do sentido de evolução e dos factores de mudança, da localização e da escala de análise do:
 - Sistema Biofísico;
 - Sistema Socio-Económico e Urbanístico;
 - Sistema Relacional
 - Sistema Institucional.

Apresenta-se em seguida, o **Quadro com os trabalhos específicos** previstos para a fase de Caracterização e Diagnóstico, sem prejuízo da elaboração de outros estudos, em tempo tidos que importantes para o desenvolvimento dos trabalhos.

ÁREA	COMPONENTE	TRABALHO	TÉCNICOS ENVOLVIDOS
SISTEMA BIOFÍSICO	ABORDAGEM ANALÍTICA	Hipsometria	GEÓGRAFO ARQ. PAISAGISTA
		Linhas e pontos fundamentais do relevo	
	RELEVO	Declives	GEÓGRAFO
		Orientações do terreno	
		Síntese fisiográfica	
		ABORDAGEM ANALÍTICA	
	GEOLOGIA	Estrutura dos maciços rochosos	GEÓGRAFO
		Geomorfologia	
		Hidrogeologia	
		Lito-estratigrafia	
Condicionamentos geotécnicos e susceptibilidade a efeitos sísmicos			
Recursos geológicos não renováveis			

	ABORDAGEM ANALÍTICA	Recolha e análise dos elementos climáticos com maior significado	GEÓGRAFO ENG. AMBIENTE
	CLIMA	<p>Temperatura e humidade relativa do ar; insolação, radiação e nebulosidade; precipitação; vento</p> <p>Balço hídrico do solo</p> <p>Conforto humano e necessidades bioclimáticas</p> <p>Condicionamentos climáticos para actividades recreativas ao ar livre</p> <p>A aproximação aos climas locais</p>	
	ABORDAGEM ANALÍTICA	Planos Especiais de Ordenamento do Território (POOC, POE, POAAP)	GEÓGRAFO ENG. AMBIENTE URBANISTA
	ÁGUA	<p>Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas</p> <p>Medidas de protecção e valorização dos recursos hídricos</p> <p>Caracterização das águas superficiais e subterrâneas</p> <p>Identificação das pressões e dos impactes da actividade humana</p>	
		<p>Classificação e determinação do estado ecológico das águas superficiais</p> <p>Localização das Zonas Protegidas;</p> <p>Espacialização dos programas de medidas e acções previstas pelos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas</p> <p>Linhas de água com necessidades de limpeza e desobstrução</p>	GEÓGRAFO ENG. AMBIENTE ENG. CIVIL
	ABORDAGEM ANALÍTICA	Linhas de água e zonas ribeirinhas degradadas, exigindo acções de reabilitação, designadamente renaturalização e valorização ambiental e paisagística	
	ÁGUA (cont.)	<p>Ocorrência de fenómenos de erosão hídrica</p> <p>Necessidades de regularização e armazenamento dos caudais</p> <p>Necessidades de criação de reservas estratégicas de água</p> <p>Necessidades de amortecimento e laminagem de caudais de</p>	GEÓGRAFO ENG. AMBIENTE ENG. CIVIL

		<p>cheia</p> <p>Locais potenciais de desassoreamento</p> <p>zonas costeiras e estuários:</p> <p>Zonas objecto de medidas de protecção especial dos recursos hídricos:</p> <p>- Perímetros de protecção e zonas adjacentes às captações</p> <p>Zonas de infiltração máxima para recarga de aquíferos para captação de água para abastecimento público de consumo humano</p> <p>Zonas vulneráveis à poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola</p> <p>Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias</p> <p>zonas de risco relativo à rotura de infra-estruturas hidráulicas</p> <p>Zonas designadas por normativo próprio para captação de água destinada ao consumo humano ou a protecção de espécies aquáticas de interesse económico</p> <p>As massas de água designadas como águas de recreio, incluindo zonas designadas como zonas balneares</p> <p>As zonas sensíveis em termos de nutrientes, incluindo as zonas vulneráveis e as zonas sensíveis</p> <p>As zonas designadas para a protecção de habitats da fauna e da flora selvagens em que a manutenção ou o melhoramento do estado da água seja um dos factores importantes para a sua conservação, incluindo os sítios relevantes da rede Natura 2000</p> <p>As zonas de infiltração máxima</p>	
ABORDAGEM ANALÍTICA	SOLO	Valor ecológico do solo Produtividade e produtividade potencial agrícola	GEÓGRAFO ARQ. PAISAGISTA ENG. AMBIENTE

	<p>Capacidade de uso agrícola</p> <p>Classes de qualidade do solo e suas aptidões genéricas</p> <p>Aptidão para uso florestal, para regadio, para alguns sistemas culturais específicos</p> <p>Aptidão do solo para receber sistemas de saneamento</p>	
<p>ABORDAGEM ANALÍTICA</p> <p>VEGETAÇÃO E FLORA</p>	<p>cartografia das áreas com relativa homogeneidade quanto a coberto vegetal e a caracterização de cada uma destas unidades</p> <p>valoração dos habitats</p> <p>valoração da flora</p> <p>valor florístico das áreas</p> <p>aplicação do valor florístico às unidades de vegetação</p> <p>avaliação do factor sensibilidade da Flora e Vegetação</p>	ARQ. PAISAGISTA
<p>ABORDAGEM ANALÍTICA</p> <p>FAUNA</p>	<p>Inventário das espécies</p> <p>caracterização dos Habitats</p> <p>carta de utilização cinegética e piscatória</p> <p>Carta de Valores Faunísticos)</p>	ENG. AMBIENTE BIÓLOGO
<p>ABORDAGEM ANALÍTICA</p> <p>OCUPAÇÃO DO SOLO - USOS E FUNÇÕES</p>	<p>Caracterização de cada uso e função e dos conjuntos ou combinações deles</p> <p>Distribuição no espaço e variação no tempo</p> <p>Relações entre a distribuição no espaço e a alteração no tempo dos usos e funções com factores económicos, ambientais, tecnológicos, sociais e culturais</p> <p>Exigências e consequências relativamente ao meio e às comunidades humanas</p> <p>Inter-relações entre os usos e funções presentes</p>	URBANISTA ARQUITECTO ARQ. PAISAGISTA
<p>SÍNTESES DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</p> <p>PAISAGEM (cont.)</p>	<p>identificação e caracterização de unidades de paisagem</p> <p>A descrição do seu carácter</p> <p>A referência a aspectos particulares</p> <p>avaliação ou apreciação global de cada unidade, especialmente quanto à sua identidade; coerência de usos</p>	ARQ. PAISAGISTA SOCIOLOGO ANTROPOLOGO ARQUITECTO

	<p>/sustentabilidade e multifuncionalidade da paisagem; valor natural; raridade; componentes simbólicas, emotivas e sensoriais</p> <p>Com base nas condições de visibilidade (determinadas essencialmente a partir do relevo, edificações e vegetação) podem delimitar-se bacias visuais</p> <p>linhas, pontos e superfícies com especial interesse no que diz respeito a vistas panorâmicas, bem como os elementos que se salientam na paisagem afectando-a visualmente tanto no sentido positivo como negativo</p> <p>Carga simbólica e emotiva de determinados sítios</p>	
<p>SÍNTESES DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</p> <p>REN</p>	<p>Áreas de protecção do litoral</p> <p>Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre</p> <p>Áreas de prevenção de riscos naturais</p>	<p>GEÓGRAFO ENG. AMBIENTE ARQ. PAISAGISTA</p>
<p>SÍNTESES DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</p> <p>RAN</p>	<p>As unidades de terra correspondentes às classes A1 e A2 (ou, na ausência da sua classificação, os solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, bem como as áreas com unidades de solos classificados como aluvionares e coluviais)</p> <p>Terras e solos de outras classes quando tenham sido submetidos a importantes investimentos; quando o seu aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica das explorações agrícolas existentes; ou quando assumam interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.</p>	<p>GEÓGRAFO ARQ. PAISAGISTA</p>
<p>SÍNTESES DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO</p> <p>VALORES NATURAIS E VALORES RESULTANTES DA HUMANIZAÇÃO DA</p>	<p>Maciços vegetais naturais ou resultantes da acção humana com valor económico, científico, cultural ou estético</p> <p>Património arquitectónico e arqueológico</p>	<p>ARQ. PAISAGISTA ARQUITECTO ANTROPÓLOGO</p>

PAISAGEM	Geomonumentos	
	Habitats naturais de fauna e flora	
	Áreas com recursos naturais excepcionais (rochas ornamentais, solos de elevada fertilidade, aquíferos notáveis pela quantidade e qualidade da água armazenada)	
	Paisagens com elevado valor patrimonial integrando, por exemplo, conjuntos edificados notáveis, sistemas de muros e/ou socalcos, apurada zonagem agrícola e sistema de compartimentação, sistema viário coerente e interessante aproveitamento de recursos como a água ou o vento	
	Áreas Protegidas, integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas	
	Sítios da Lista Nacional de Sítios e Zonas de Protecção Especial (ZPE) integrados na Rede Natura 2000	
	Outras Áreas Classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português	
	SÍNTESES DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO	Áreas florestais desordenadas de que resultam, entre outros, elevados riscos de incêndio, de erosão do solo ou de redução drástica da biodiversidade; áreas recentemente ardidas
AMEAÇAS, DISFUNÇÕES E RISCOS	Exploração de inertes sem a recuperação ambiental e paisagística exigida por lei (explorações em actividade / abandonadas)	GEÓGRAFO URBANISTA ENG. AMBIENTE ARQ. PAISAGISTA
	Forte desequilíbrios da componente terrestre do ciclo hidrológico	
	Fontes poluidoras do ar, da água e/ou do solo	
	Ocupação edificada de zonas sensíveis (dunas, falésias litorais, encostas instáveis em termos geológicos, leitos de cheia)	

		<p>Destruição de solos de elevada fertilidade devido a expansões urbanas, ocupações industriais ou outras equivalentes</p> <p>Ocupação edificada de zonas com elevados riscos naturais (inundações, erosão costeira, sismos, incêndios florestais)</p>	
SISTEMA SOCIO ECONÓMICO E URBANÍSTICO	DINÂMICA POPULACIONAL	<p>população residente no concelho e nas freguesias</p> <p>densidade populacional por freguesias</p> <p>distribuição espacial (por perímetros urbanos, por lugares, isolados)</p> <p>taxas de crescimento</p> <p>crescimento natural e crescimento migratório</p> <p>número de famílias e sua dimensão</p> <p>estrutura etária (coeficiente de dependência e coeficiente de envelhecimento)</p> <p>níveis de formação/recursos humanos</p> <p>situação perante a actividade económica</p> <p>população activa por sectores de actividade, idade e sexo</p> <p>pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência</p> <p>beneficiários do rendimento social de inserção</p> <p>população imigrante, dimensão, principais países de origem, inserção na comunidade local</p> <p>perspectivas de evolução</p> <p>população flutuante dimensão e variação ao longo do ano, tendências de evolução registadas, perfil sócio-económico, perspectivas de evolução.</p>	SOCIOLOGO ANTROPÓLOGO URBANISTA
	PARQUE HABITACIONAL	<p>número distribuição espacial dos alojamentos</p> <p>alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação (residência habitual, uso sazonal, vagos</p> <p>barracas (nº de unidades, localização, famílias e população abrangida)</p>	URBANISTA SOCIÓLOGO ARQUITECTO

	<p>habitação social (nº de fogos, localização, famílias e população abrangida e nº de famílias candidatas a uma habitação social)</p> <p>alojamentos vagos (para venda, arrendamento, demolição, outros)</p> <p>propriedade do parque habitacional (próprio, arrendamento)</p> <p>tipologia dos edifícios (unifamiliar, plurifamiliar)</p> <p>idade dos edifícios;</p> <p>estado de conservação dos edifícios;</p> <p>infra-estruturas do edifício</p> <p>infra-estruturas do fogo</p> <p>défice habitacional</p> <p>quantificação dos fogos previstos em alvarás de construção e em alvarás de loteamento</p>	<p>URBANISTA SOCIÓLOGO ARQUITECTO</p>
DINÂMICA CONSTRUTIVA DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO	<p>Alvarás de loteamento emitidos, por perímetro urbano</p> <p>Carga construtiva associada (nº de fogos, área de construção desagregada por usos, áreas destinadas equipamentos de utilização colectivos)</p> <p>Nº de destaques em solo urbano (e em solo rural)</p> <p>A evolução da construção no município, para diferentes usos,</p> <p>Nº de licenças de construção nova</p> <p>Nº de licenças de habitação e nº de licenças de utilização</p> <p>Nº de licenças de construção a dimensão da prática da reabilitação do parque habitacional.</p> <p>Nº de licenças para reabilitação</p>	<p>URBANISTA ARQUITECTO SOCIÓLOGO</p>
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	<p>Cartografia com a localização das propriedades e tabelas de atributos (dimensão, inserção territorial, servidões ou restrições de utilidade pública aplicadas, uso actual, estado de conservação)</p>	<p>URBANISTA</p>
ACTIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO	<p>Caracterização do tecido empresarial (número e dimensão de empresas)</p>	<p>URBANISTA SOCIÓLOGO</p>

		<p>por ramo)</p> <p>Localização espacial (identificando as situações em parque / loteamento industrial das situações de dispersão)</p> <p>Dinâmicas de transformação (sectores em crescimento e sectores em recessão)</p> <p>Emprego e sua evolução (por sector de actividade, níveis de qualificação e género)</p> <p>Peso da população activa emigrante</p> <p>Desemprego e sua evolução (por níveis de qualificação e género, à procura do primeiro emprego)</p> <p>Dependência face ao emprego (activos residentes que trabalham no concelho e fora do concelho; activos não residentes que trabalham no concelho)</p> <p>Potencialidades ao desenvolvimento das diferentes actividades (agricultura, floresta, indústria, comércio, serviços, turismo, logística)</p> <p>Constrangimentos ao desenvolvimento das diferentes actividades (agricultura, floresta, indústria, comércio, serviços, turismo, logística)</p>	URBANISTA SOCIOLOGO
SISTEMA RELACIONAL	REDE URBANA	<p>identificação dos centros urbanos</p> <p>estrutura da rede urbana</p> <p>relações de interdependência que se estabelecem entre centros urbanos por motivos de trabalho, escola, saúde, apoio social, abastecimento e outros)</p>	URBANISTA ARQUITECTO
	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA	<p>número, localização e capacidade de unidades</p> <p>regime de funcionamento</p> <p>adequação das instalações (adequadas de origem ou adaptadas)</p> <p>estado de conservação das instalações</p> <p>articulação das instalações com a envolvente urbana (acessos, espaço público, adequação do projecto)</p>	URBANISTA SOCIOLOGO ARQUITECTO

	<p>ao local)</p> <p>condições de acessibilidade (transporte pedonal, transporte colectivo, estacionamento)</p> <p>relação entre a oferta pública e a oferta privada</p> <p>perfil dos utentes</p> <p>frequência de utilização</p> <p>condições de deslocação</p>	
REDES DE INFRA-ESTRUTURAS	<p>Na rede de captação, transporte e armazenamento de água, devem ser avaliados os recursos hídricos do concelho, a eventual dependência de origens exteriores ao concelho, a detecção de fontes poluidoras, a caracterização dos principais consumos, a identificação de conflitos.</p>	<p>ENG. AMBIENTE URBANISTA ENG. CIVIL ENG. ELECTRO.</p>
REDES DE INFRA-ESTRUTURAS (cont.)	<p>Na rede de transporte, tratamento e rejeição de águas residuais importa atender à cobertura territorial, às situações de deficiente tratamento dos efluentes, aos sistemas adoptados nas áreas de povoamento disperso</p> <p>Na rede de armazenamento, tratamento e rejeição de resíduos sólidos é fundamental identificar a cobertura territorial e frequência da recolha, as áreas sem cobertura, ou com cobertura deficiente, a dimensão da recolha selectiva e a adequação do seu tratamento, Recolha e tratamento de resíduos industriais e de resíduos perigosos,</p> <p>redes de distribuição de energia (electricidade, gás e outros combustíveis) e de telecomunicações (fixas e móveis)</p> <p>Os sistemas gerais de circulação e transporte associados à conectividade internacional, nacional, regional, municipal e inter-urbana, incluindo as redes e instalações associadas aos diferentes modos de</p>	<p>ENG. AMBIENTE URBANISTA ENG. CIVIL ENG. ELECTRO.</p>

		transporte	
	INFRA-ESTRUTURAS VIÁRIAS, TRANSPORTES E MOBILIDADE	A caracterização das redes neste domínio deve ser feita por tipos de via, incluindo capacidades, estado de conservação, situações de conflito, identificação dos projectos de vias definidos a uma escala superior que possam afectar o território e das alternativas de traçado. Ao nível dos transportes deve ser dada atenção aos seguintes aspectos: cobertura territorial da rede de transportes (urbanos, municipais, inter-municipais, regionais); frequência do serviço; tarifário; condições de exploração.	ENG. CIVIL URBANISTA
SISTEMA INSTITUCIONAL		entidades com jurisdição no território	URBANISTA ARQUITECTO
		serviços administrativos e restrições de utilidade pública (Planta de Condicionantes)	
		licenciamento específicos (comércio, indústria, turismo e AIA)	
DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E ORIENTAÇÕES PARA A FASE DA PROPOSTA	interpretação dos resultados da fase de caracterização e identificação dos problemas e das situações de disfunção do sistema territorial	quantificação, espacialização, avaliação dos meios necessários à sua superação	TODA A EQUIPE
	identificação das tendências de evolução, dos recursos e potencialidades do território	nível de aproveitamento existente, potencial não mobilizado, requisitos para a sua mobilização	
	identificação dos constrangimentos e limitações a minimizar, combater e/ou eliminar na fase propositiva		
	MATRIZ SWOT	exercício de síntese, para elencar atributos (pontos fortes) limitações (pontos fracos) do território, bem como oportunidades e ameaças que lhe vêm do exterior.	

Por Avaliação Ambiental Estratégica entende-se um instrumento preventivo de política de ambiente que identifica, prevê e avalia as consequências ambientais de um determinado plano ou programa, na sua fase de elaboração e antes da sua aprovação, através de um modelo procedimental, da participação pública e das entidades com responsabilidades em matérias ambientais.

A Avaliação Ambiental Estratégica pretende influenciar o objecto de avaliação para que este privilegie orientações e medidas que potenciem impactes ambientais positivos, em alternativa a outros que se identifiquem como causadores de impactes ambientais negativos.

A abordagem metodológica a adoptar, enquadra-se na Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, relativa aos efeitos de certos planos e programas no Ambiente, também no Decreto Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e nas orientações do “Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas” (2007) da Agência Portuguesa do Ambiente.

Numa primeira fase, em sede de Relatório dos Factores Críticos de Decisão, proceder-se-á à análise do Objecto de Avaliação, neste caso a Proposta de Revisão do PDM de Santana, tendo em conta a sua fundamentação, os principais objectivos bem como as grandes opções.

Em seguida, proceder-se-á à definição do Quadro de Referência Estratégico, que constitui o macro enquadramento estratégico da AAE, criando um referencial de avaliação. Reúne os macro-objectivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para a avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o objecto de avaliação em AAE estabelece relações. Desta forma serão analisadas os programas, as políticas e os Planos que podem eventualmente influenciar o modelo de desenvolvimento do concelho de Santana .

No caso da Revisão do PDM de Santana, serão contrapostos e analisados com os seus objectivos estratégicos, os objectivos expressos, nomeadamente:

Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Plano de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira (POTRAM)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT)
Plano Regional da Água da Madeira (PRAM)
Plano Estratégico de Resíduos da RAM (PERRAM)
Plano da Política Energética da RAM (PPERAM)
Plano Regional da Política do Ambiente (PRPA)
Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PDRu)

Plano de Ordenamento da Orla Costeira
Plano de Ordenamento e Gestão da Laurissilva da Madeira (POGLM)
Plano de Ordenamento e Gestão do Maciço Montanhoso Central da Ilha da Madeira (POGMMC)

bem como, por todos os outros planos e estudos, que se venham a considerar passíveis de exercer influência construtiva e prospectiva, no documento final de revisão do PDM de Santana.

Da referida convergência entre os principais objectivos do Quadro de Referência Estratégico, e os Objectivos Estratégicos do objecto em estudo, será possível identificar as áreas ou domínios onde se podem potenciar boas soluções ou minimizar e evitar impactes ambientais indesejáveis. Estas áreas agora identificadas serão alvo de avaliação mais detalhada na fase seguinte da AAE (Relatório Ambiental), permitindo que a componente ambiental seja convenientemente tratada nas estratégias a definir.

Os Factores Críticos de Decisão condensam as dimensões de análise que estruturam a avaliação a ser desenvolvida posteriormente, e traduzem as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional, que cruzam com o âmbito da revisão do PDM. São as questões mais sensíveis, evidenciadas igualmente pelos modelos ou instrumentos de desenvolvimento sustentável e pela revisão do PDM.

São eles:

- o Ordenamento do território
- a Competitividade e diversidade económica e eficiência
- os Recursos naturais
- a Governança
- a Qualidade de vida e combate à desertificação humana

Os Factores Ambientais estão definidos na alínea e) do n.º 1 do Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e são: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico e a paisagem.

Com a convergência dos Factores Críticos de Decisão com os Factores Ambientais legalmente estabelecidos define-se o âmbito ambiental relevante para a Revisão do PDM.

Será a fase seguinte em termos metodológicos e que resultará na elaboração do Relatório Ambiental.

De acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o processo de AAE e a fase específica relativa ao Relatório de Factores Críticos de Decisão (RFCD), deverá contemplar a consulta das entidades com responsabilidades em áreas susceptíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do plano, de acordo com o disposto no n.º

3 do Art.º 3.º e do n.º 3 do Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e uma fase de consulta pública.

Neste contexto, considera-se útil propor a seguinte metodologia:

Consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PDM, para que possam ter uma participação na determinação do âmbito e alcance da informação que deve ser incluída no Relatório Ambiental.

As entidades a consultar para efeitos de determinação do âmbito são as designadas no n.º 3 do Art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho - Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., o Instituto da Água, I. P., a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Administração de Região Hidrográfica do Centro e Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP.

A participação do público em geral será garantida através da disponibilização na internet do Relatório de Factores Críticos de Decisão (RFCD). Posteriormente deverá ser recolhida e tratada toda a contribuição relevante por parte do público que esta disponibilização do Relatório suscitar para ser posteriormente incorporada se justificado.

O Relatório Ambiental deverá apontar pistas para a tomada de decisão referente ao objecto de estudo e também para o futuro quando o processo de implementação estiver executado. A Directiva 2001/42/CE é o documento comunitário que regulamenta e dá orientações sobre este processo de avaliação, estipulando como grandes objectivos a:

- Protecção do ambiente;
- Contribuição para a integração dessa preocupação na preparação e adopção do Plano/Programa;
- Contribuição para processos de tomada de decisão mais transparentes.

Pretende-se compreender como é que este processo se pode inserir no contexto do desenvolvimento regional, propondo medidas para potenciar as suas virtualidades e evidenciar antecipadamente as incidências ambientais, de forma a que, uma vez tomada a decisão de execução, se tome em consideração nesse momento e no futuro que se segue, todas as questões com eventuais incidências ambientais inventariadas.

Proceder-se-à à avaliação da situação actual e tendências de evolução por Factor Crítico de Decisão e com base em toda a análise elaborada no âmbito deste processo importa fazer a respectiva avaliação dos impactes, evidenciando o que de mais significativo foi apurado.

Neste contexto, apresentam-se, em síntese, os efeitos esperados decorrentes da aplicação do PDM, designadamente as oportunidades e os riscos para o ambiente e sustentabilidade relativamente aos Factores Críticos de Decisão (FCD) e seus indicadores.

A metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica, pressupõe que, após a inventariação dos efeitos esperados pela implementação do ODM, em termos ambiente e sustentabilidade, seja concebido e proposto um conjunto de medidas que visam a sustentabilidade da estratégia.

Complementarmente, e partindo das análises efectuadas é apresentada uma proposta de planeamento, gestão e monitorização para a implementação, de forma a que o acompanhamento possa ser efectivo permitindo uma comparação com a situação de referência e uma intervenção atempada para fazer face a eventuais desvios ou problemas detectados.

Assim, são no final, sintetizadas as principais medidas de Planeamento, Gestão e Monitorização que constituem a proposta de intervenção a desenvolver após a tomada de decisão sobre o plano em estudo.

Ainda deverão fazer parte integrante do relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica, os comentários recebidos na Consulta Pública do Relatório de Factores Críticos de Decisão.

05.03. PROPOSTA DO PLANO

Após a caracterização da situação e referência e reponderados os objectivos de desenvolvimento, segue-se a definição de cenários prospectivos de desenvolvimento, consoante as perspectivas de evolução e alternativas de acção.

Os cenários possíveis deverão ponderar as situações de:

- Cenário **Tendencial** - Evolução na perspectiva de não-intervenção.
- Cenário **Voluntarista** - Evolução em ruptura com a situação de referência, com assunção das acções concretas, dos recursos e agentes a desencadear e envolver, na sua totalidade.
- Cenário **Intermédio** - Elaborado partindo do Cenário Voluntarista, mas aproximado à real capacidade de acção.

A escolha do cenário a desenvolver, partirá da ponderação dos recursos disponíveis ou mobilizáveis, do Horizonte de concretização, dos constrangimentos endógenos e exógenos, dos efeitos pretendidos

O desenvolvimento do cenário escolhido, levará à constituição do Quadro Prévio de Ordenamento, fase imediatamente anterior à elaboração da Proposta Técnica de Plano.

A proposta técnica do plano, seja no momento de proposta prévia, seja na altura da versão final, depois das devidas alterações, complementos e ajustamentos decorrentes dos pareceres das entidades e da discussão pública, compreenderá:

- Modelo de Organização Espacial:

- promoção da eficiência energética,
- promoção do equilíbrio espaço urbano-espaço rural,
- definição da estrutura ecológica,

- promoção da qualidade do ambiente urbano,
- enquadramento das actividades económicas,
- salvaguarda do Património em sentido lato,
- salvaguarda do ciclo hidrologico
- prevenção do Risco.

Desenvolve a classificação e qualificação do solo pela integração nas classes e categorias de solo indicadas no RJIGT, nomeadamente no DR 11/2009 na sua prevista adaptação à Região Autónoma da Madeira.

-Tradução territorial das Políticas Municipais:

- Política de Solos
- Política de habitação
- Reabilitação urbana
- Equipamentos
- Mobilidade, Acessibilidade e Logística
- Intervenções estratégicas e Investimentos estruturantes;
- Outras.

- As orientações de execução do plano

Elementos cartográficos (**Planta de Ordenamento, Planta de Condicionantes**) e regulamentares (**Regulamento do Plano, Programa de Execução**) que traduzem o Modelo de Organização Espacial adoptado.

- As orientações de Monitorização e Avaliação.

A Monitorização e avaliação do desempenho do Plano surge com os objectivos de:

- Avaliar a adequação das soluções preconizadas;
- Elaborar o Relatório do Ordenamento do Território e Urbanismo;
- Fundamentar eventuais propostas de alteração, suspensão ou revisão do PDMS.

O sistema a implantar deve ser precedido da definição clara de objectivo parcelares, com eficaz recolha de informação, contribuindo para o conhecimento da evolução da execução do PDMS, procedendo atempadamente a eventuais ajustes.

Deverá ser criado, ou afectado, para o efeito um gabinete de apoio à Monitorização do PDMS, com ferramentas SIG, com divulgação periódica para os órgãos de decisão autárquicos, da evolução do Plano bem como para divulgação periódica no site do Município.

Com o contributo da generalidade dos elementos da equipe técnica, serão elaborados os seguintes documentos que constituirão a Proposta Técnica do Plano (Versão preliminar e Versão final com os eventuais ajustamentos pós-pareceres e discussão pública):

PLANTA DE CONDICIONANTES

- Identificação das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor na área do Plano;

PLANTAS DE ORDENAMENTO

- Planta do Ordenamento do Concelho à escala 1/10 000
- O modelo de organização espacial do território, através da definição das classes e categorias de solo propostas;
 - A delimitação dos perímetros urbanos e identificação dos aglomerados rurais;
- A distribuição das actividades;
- A identificação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão;

PLANTAS DE ENQUADRAMENTO REGIONAL;

- Elaborada a escala inferior à do PDM, com indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infra-estruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação da área de intervenção dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município;

EXTRATO DA PLANTA DE SÍNTESE DE PLANOS MAIS ABRANGENTES;

PLANTAS DA SITUAÇÃO EXISTENTE: USO ACTUAL DO SOLO

PLANTAS DA SITUAÇÃO EXISTENTE: COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

- Relatório e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração de câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;

CARTA DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS;

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

- Enfoque especial nos espaços de intervenção cujas características exigem um tratamento posterior mais detalhado ao nível do planeamento e da gestão urbanísticas. Os parâmetros urbanísticos e de intervenção serão fixados então, para cada uma das UOPGs, através de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Unidades de Execução, salvaguardando, no entanto, os critérios gerais definidos no PDM

CARTA EQUIPAMENTOS;

CARTA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, ARQUEOLÓGICO E CULTURAL;

CARTA DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE INCÊNDIO;

CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL;

No momento de versão final do plano, serão apresentadas em complemento das versões finais dos documentos cartográficos, os seguintes elementos:

REGULAMENTO do Plano Director Municipal de Santana;

-RELATÓRIO das Opções Estratégicas do Plano Director Municipal de Santana contendo:

- Os estudos de caracterização e diagnóstico sistematizados;
- Enquadramento legal do procedimento de revisão do PDM;
- A explicitação dos objectivos e opções estratégicas;
- Descrição do modelo de organização territorial e fundamentação das opções adoptadas;
- Identificação dos objectivos de cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
- Identificação dos critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos.

Os planos municipais de ordenamento do território são acompanhados pelas fichas de dados estatísticos, elaboradas segundo modelo a disponibilizar pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

05.04. APRESENTAÇÃO GERAL DOS TRABALHOS

As peças que fazem parte dos documentos técnicos ao longo do processo de revisão do PDMS, serão entregues, em dossiês com as peças escritas, em folhas A4 e as desenhadas dobradas também em formato A4, no número de exemplares necessários para fornecer às entidades que constituem a Comissão de Acompanhamento, bem como 3 exemplares para a Câmara Municipal de Santana. Da proposta final do plano a

remeter para ratificação, serão fornecidos 8 exemplares para a Câmara, um dos quais em suporte informático.

Todos os elementos referentes a momentos intercalares, reuniões de trabalho, esclarecimentos ou esboços preliminares, serão aborados sob a mesma forma de disponibilização, sendo que poderão e deverão ser igualmente enviados/trocados, por meio electrónico, pro e-mail ou troca de ficheiros.

A informação cartográfica (vectorial + alfanumérica) disponibilizada em formato digital, será estruturada adequadamente com vista à sua utilização em aplicações SIG, de apoio à Gestão Urbanística e implementação do PDMS, nomeadamente .dwg e.dgn em termos de formato vectorial e . mdb ou .xls no que diz respeito à informação alfanumérica.

A equipa fornecerá ainda os exemplares necessários para a consulta às entidades na fase de emissão de pareceres, bem como os exemplares necessários ao período de discussão pública.

A equipe técnica garante a produção, edição e execução dos painéis para a exposição do Plano na fase de discussão pública e eventuais acções de divulgação pública, bem como de apoio às acções previstas e descritas no capítulo referente à Participação Pública.

06. SÍNTESE

06.01 .CALENDARIZAÇÃO ESTIMADA DO PROGRAMA DE TRABALHOS

PRAZOS

1ª FASE ANÁLISE E DIAGNÓSTICO	3 MESES
2ª FASE PROPOSTA E ESTABELECIMENTO DAS PRINCIPAIS LINHAS ORIENTADORAS DE REVISÃO DO PLANO E QUADRO PRÉVIO DE OPÇÕES DE ORDENAMENTO	2 MESES
3ª FASE PROPOSTA BASE – ESTUDO PRÉVIO DO PLANO	2 MESES
4ª FASE PROPOSTA DO PLANO	2 MESES
5ª FASE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DO PLANO	2 SEMANAS
6ª FASE VERSÃO FINAL DO PLANO COM EVENTUAIS ALTERAÇÕES PÓS-DISSCUSSÃO PÚBLICA E PARECERES	6 SEMANAS
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	(EM SIMULTÂNEO)
TOTAL	11 MESES

BAIRRO SOUSA PINTO 35 , 1º

3000-393 COIMBRA

239838087

inplenus@gmail.com